

Boletim do Trabalho e Emprego

42

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Trabalho

Preço 16\$00

BOL. TRAB. EMP.

LISBOA

VOL. 49

N.º 42

P. 2369-2384

15-NOVEMBRO-1982

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros	2371
— PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais de Moagens do Norte e Centro e outras e o Sind. dos Trabalhadores das Ind. Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte e outro	2372
— PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Armazenistas de Papel e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outros	2372

Convenções Colectivas de Trabalho:

— CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Leiria e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria — Alteração salarial	2373
— AE entre a INACA — Ind. Nacional de Couro Aglomerado, L. ^{da} , e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto	2374
— AE entre a Gel-Mar — Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, L. ^{da} , e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	2374
— Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o Sind. dos Trabalhadores Técnicos de Vendas ao CCT entre aquela associação e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal e outros	2378
— Acordo de adesão entre a UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L., e os Sind. dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	2379
— Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o SINDEQ — Sind. Democrático da Química ao CCT entre aquela associação e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto e outro	2379
— Acordo de adesão entre a International Factors (Portugal), S. A. R. L., e os Sind. dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário	2380
— AE entre os CTT — Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., e sind. representativos de trabalhadores ao seu serviço — Alteração da comissão paritária	2380

	Pág.
— AE entre os CTT — Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., e o Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Alteração salarial e outras (rectificação)	2381
— ACT para o sector bancário — Rectificação	2381
— Acordo de adesão entre o Instituto Nacional de Seguros e outros e a FENSIQ — Feder. Nacional de Sind. de Quadros ao CCT entre aquele Instituto e outros e a Feder. dos Sind. de Seguros de Portugal — Rectificação	2383

SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais pelo Frio e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 29, de 7 de Agosto de 1982, foi publicada uma alteração salarial ao CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais pelo Frio e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros.

Considerando que a referida alteração convencional se aplica apenas às relações de trabalho estabelecidas entre as entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações outorgantes;

Considerando a existência de empresas do sector económico abrangido e de trabalhadores das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações signatárias;

Considerando a necessidade de uniformizar as condições de trabalho no sector em causa;

Tendo sido consultados, nos termos constitucionais, os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e o primeiro emitido parecer no sentido da não aplicabilidade à Região da presente PE;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação de aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 14 de Agosto de 1982, sem que tenha sido deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Trabalho, do Comércio e da Indústria, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro:

Artigo 1.º

As disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais pelo Frio e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 29, de 7 de Agosto de 1982, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais não inscritas na associação patronal signatária

que, na área da convenção, com excepção do território da Região Autónoma dos Açores, exerçam a actividade económica por aquela abrangida e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, bem como aos trabalhadores das referidas profissões e categorias profissionais não inscritos nas associações sindicais outorgantes ao serviço de entidades patronais filiadas na associação patronal signatária.

Artigo 2.º

São excluídas do âmbito de aplicação da presente portaria as relações de trabalho abrangidas pela PE das alterações ao CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais pelo Frio e a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e outros, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 30, de 14 de Agosto de 1982.

Artigo 3.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos da lei, produzindo a tabela salarial efeitos retroactivos a partir de 1 de Julho de 1982, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais, até ao limite de 4.

2 — A entrada em vigor da presente portaria no território da Região Autónoma da Madeira fica dependente de despacho do respectivo Governo Regional, a publicar no jornal oficial daquela Região.

Ministérios do Trabalho, da Agricultura, Comércio e Pescas e da Indústria, Energia e Exportação, 2 de Novembro de 1982. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Joaquim Maria Fernandes Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio, *António Escaja Gonçalves*. — O Secretário de Estado da Indústria, *Alberto António Justiniano*.

PE das alterações ao CCT entre a Assoc. Livre dos Industriais de Moagens do Norte e Centro e outras e o Sind. dos Trabalhadores das Ind. Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte e outro.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1982, foi publicado o CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais de Moagem do Norte e Centro e outras e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte e outra.

Considerando que a referida convenção se aplica apenas às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações outorgantes;

Considerando a existência de relações de trabalho não abrangidas pela aludida convenção e a necessidade de uniformizar, na medida do possível, as condições de trabalho para o sector;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso respectivo no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1982, do qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado do Trabalho e da Indústria, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições do CCT celebrado entre a Associação Livre dos Industriais de Moagem do Norte e Centro e outros e o Sindicato dos Trabalhadores

das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte e outra, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 33, de 8 de Setembro de 1982, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais do mesmo sector económico que, não estando filiadas nas associações patronais outorgantes da convenção, exerçam a sua actividade na área da mesma e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais nela referidas, bem assim como dos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das entidades patronais abrangidas pela aludida convenção, não filiados nas organizações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da presente extensão as cláusulas da convenção que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

A tabela salarial ora tornada aplicável produz efeitos desde 1 de Julho de 1982, podendo o acréscimo de encargos resultantes da retroactividade ser satisfeito em prestações mensais, de igual montante, até ao limite de 4.

Ministérios do Trabalho e da Indústria, Energia e Exportação, 2 de Novembro de 1982. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Joaquim Maria Fernandes Marques*. — O Secretário de Estado da Indústria, *Alberto António Justiniano*.

PE da alteração salarial ao CCT entre a Assoc. Nacional dos Armazenistas de Papel e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outros

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 29, de 7 de Agosto de 1982, foi publicado um CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Armazenistas de Papel e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços e outros.

Considerando que o referido CCT apenas se aplica às empresas inscritas na associação patronal outorgante que tenham ao seu serviço trabalhadores com as categorias profissionais nele previstas e se encontrem inscritos nos sindicatos signatários;

Considerando a necessidade de uniformizar as condições de trabalho do sector em causa;

Considerando o parecer desfavorável dos Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pela publicação de aviso de PE no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 32, de 28 de Agosto de 1982, ao qual não foi deduzida oposição:

Manda o Governo da República Portuguesa, ao abrigo do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, pelos Secretários de Estado do Trabalho e do Comércio, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes do CCT celebrado entre a Associação Nacional dos Armazenistas de Papel e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do

Comércio e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 29, de 7 de Agosto de 1982, são tornadas extensivas a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam, na área da convenção, a actividade nela regulada, bem como aos trabalhadores das mesmas categorias, não filiados nas associações sindicais signatárias, ao serviço das empresas filiadas na associação patronal outorgante.

2 — Ficam ressalvadas da presente extensão as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

A tabela salarial tornada aplicável pela presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Julho de 1982, podendo os encargos daí resultantes ser satisfeitos em prestações mensais, até ao limite de 4.

Ministérios do Trabalho e da Agricultura, Comércio e Pescas, 29 de Outubro de 1982. — O Secretário de Estado do Trabalho, *Joaquim Maria Fernandes Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio, *António Escaja Gonçalves*.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Leiria e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Dist. de Leiria — Alteração salarial

Aos 11 dias do mês de Outubro de 1982, reuniram-se, nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria os representantes da Associação dos Comerciantes de Carnes do Distrito de Leiria e do Sindicato acima identificado, a fim de prosseguirem as negociações tendentes à revisão das tabelas salariais do CCT em vigor.

Após a análise da problemática que impende sobre o sector, nomeadamente a concorrência que lhe é movida pelos industriais, ao nível de hotéis e restaurantes, e, bem assim, do abate clandestino, por um lado, e, por outro, o aumento enorme verificado no custo de vida, as partes acordaram:

1 — A tabela salarial seguinte:

Categorias	Tabela acordada
Gerente	26 000\$00
Encarregado geral	23 500\$00
Chefe de secção e encarregado	21 000\$00
Caixa de balcão	13 050\$00
Servente	13 250\$00
Guarda-livros	21 000\$00

Categorias	Tabela acordada
Primeiro-escriturário e primeiro-oficial ...	17 500\$00
Segundo-escriturário e segundo-oficial	16 000\$00
Praticante e estagiário do 2.º ano	12 250\$00
Praticante e estagiário do 1.º ano	11 250\$00
Aprendiz do 2.º ano	7 000\$00
Aprendiz do 1.º ano	6 250\$00
Motorista de pesados	17 500\$00
Motorista de ligeiros	16 000\$00
Ajudante de motorista	14 250\$00

2 — Que esta tabela produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1982.

Pela Associação dos Comerciantes de Carnes do Distrito de Leiria:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 4 de Novembro de 1982, a fl. 37 do livro n.º 3, com o n.º 330/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre a INACA — Ind. Nacional de Couro Aglomerado, L.^{da}, e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto

Cláusula 1.^a

1 — A INACA — Indústria Nacional de Couro Aglomerado, L.^{da}, com sede em São João da Madeira, e o Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto acordam em aderir ao CCT para a Indústria de Curtumes, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, de 29 de Maio de 1982, na sequência e pelos mesmos fundamentos constantes dos acordos de adesão já feitos anteriormente e publicados, sendo o último publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 23, de 22 de Junho de 1980.

2 — O presente acordo é aplicável a todos os trabalhadores da INACA representados pelo sindicato outorgante.

Cláusula 2.^a

1 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 da cláusula 15.^a do CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 20, de 29 de Maio de 1982, não se aplica à INACA.

2 — Os trabalhadores da INACA têm um período semanal de trabalho de 45 horas, em regime de turnos rotativos, distribuído de segunda-feira a sexta-feira e aos sábados até às 12 horas.

3 — O pagamento das horas prestadas no horário de sábado é feito com o acréscimo de 100 %.

Cláusula 3.^a

Este acordo produz efeitos retroactivos a 1 de Maio de 1982.

São João da Madeira, 15 de Setembro de 1982.

Pela INACA — Indústria Nacional de Couro Aglomerado, L.^{da}:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito do Porto:

(Assinaturas ilegíveis.)

Fernando dos Santos Barros.

Depositado em 28 de Outubro de 1982, a fl. 32 do livro n.º 3, com o n.º 329/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre a Gel-Mar — Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, L.^{da}, e a Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.^a

(Área e âmbito)

A presente convenção colectiva de trabalho abrange, por um lado, a GEL-MAR — Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, L.^{da}, e, por outro lado, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 4.^a

(Direito de reunião)

1 a 3 — *(Mantém a redacção actual.)*

4 — Os dirigentes sindicais podem participar nas reuniões referidas nos números anteriores, mediante identificação à entrada da Empresa.

Cláusula 6.^a

(Direitos dos dirigentes e delegados sindicais)

1 e 2 — *(Mantém a redacção actual.)*

3 — Os delegados sindicais têm o direito de circular livremente em todas as secções e dependências da empresa quando no desempenho das suas funções.

4 — *(Mantém a redacção actual.)*

Cláusula 12.^a

(Condições gerais de admissão)

1 — Só podem ser admitidos ao serviço da empresa os trabalhadores que satisfaçam as condições estabelecidas para cada profissão nos respectivos anexos desta convenção.

2 — Para todos os efeitos previstos nesta convenção, o homem e a mulher estão em iguais condições, desde que satisfaçam os requisitos pretendidos.

3 — Para preenchimento de vagas ou novos postos de trabalho na empresa, esta obriga-se a abrir concurso interno, ao qual poderão concorrer todos os trabalhadores, incluídos os contratados a prazo.

4 — A empresa dará conhecimento das diferentes fases do processo do concurso interno aos delegados sindicais respectivos ou à comissão sindical ou à comissão intersindical, e estes, sempre que o entenderem, terão acesso aos documentos e fases que o integram.

5 — A empresa poderá recorrer ao recrutamento externo se, observado o disposto no n.º 3, entender fundamentadamente que os trabalhadores ao serviço na empresa carecem das qualificações requeridas para o preenchimento do lugar.

6 — No caso de recrutamento externo, a empresa obriga-se a consultar os serviços de desempregados dos sindicatos e o SNE da zona.

7 — *(Igual ao n.º 4 actual.)*

8 — *(Igual ao n.º 5 actual.)*

9 — *(Igual ao n.º 7 actual.)*

10 — *(Igual ao n.º 8 actual.)*

11 — *(Igual ao n.º 9 actual.)*

12 — É vedado à empresa estabelecer limites máximos de idade de admissão.

Cláusula 14.^a

(Período experimental)

1 — A admissão dos trabalhadores é feita a título experimental durante os primeiros 15 dias, salvo no caso de admissão para funções técnicas altamente especializadas ou de elevado grau de responsabilidade, em que pode ser estipulado, por acordo escrito entre as partes, um período experimental até 120 dias.

2 a 6 — *(Mantêm a redacção actual.)*

Cláusula 15.^a

(Admissão ou promoção para cargos de chefia)

1 — *(Mantêm a redacção actual.)*

2 — A promoção ou admissão de um trabalhador para uma função de chefia não se tornará definitiva se a maioria dos trabalhadores que lhe ficarem subordinados, no prazo de 15 dias após o início de funções, em documento escrito devidamente fundamentado, apresentar provas da sua inaptidão técnica para o cargo ou de manifesta ausência de qualidade de chefia.

3 e 4 — *(Mantêm a redacção actual.)*

Cláusula 20.^a

(Mapas de pessoal)

A entidade patronal obriga-se a dar cumprimento ao que, sobre a matéria, estiver legalmente estipulado.

Cláusula 21.^a

(Deveres dos trabalhadores)

1 — Os trabalhadores devem:

- a) a f) *(Mantêm a redacção actual);*
- g) Cumprir as ordens e directivas da entidade patronal proferidas dentro dos limites dos respectivos poderes de direcção, definidos nesta convenção e nas normas que a regem, em tudo quanto se não mostrar contrário aos seus direitos e garantias.

2 — *(Mantêm a redacção actual.)*

Cláusula 22.^a

(Deveres da entidade patronal)

1 — A entidade patronal deve:

- a) a j) *(Mantêm a redacção actual);*
- l) Não exigir dos trabalhadores serviços que não sejam exclusivamente os da sua profissão ou que não estejam de acordo com a sua categoria e especialidade, salvo mediante prévio acordo escrito do trabalhador;
- m) e n) *(Mantêm a redacção actual.)*

Cláusula 23.^a

(Garantias dos trabalhadores)

1 — É proibido à entidade patronal:

- a) a e) *(Mantêm a redacção actual);*
- f) Transferir o trabalhador do local de trabalho e ou área de trabalho e ou mudá-lo de funções sem o seu prévio acordo;
- g) a p) *(Mantêm a redacção actual.)*

Cláusula 26.^a

(Processo disciplinar)

1 a 5 — *(Mantêm a redacção actual.)*

6 — Qualquer sanção aplicada sem existência de processo disciplinar será nula e abusiva. Porém, a irregularidade do processo apenas determina a nulidade da sanção aplicada.

Cláusula 49.^a

(Remuneração de trabalho extraordinário)

O trabalho extraordinário dá direito a remuneração especial, a qual será igual ao dobro da retribuição normal da hora diurna ou nocturna.

Cláusula 64.^a

(Acumulação de férias)

1 — As férias devem ser gozadas no decurso do ano civil em que se vencem, não sendo permitido acumular no mesmo ano férias de 2 ou mais anos.

2 — Não se aplica o disposto no número anterior, podendo as férias ser gozadas no 1.º trimestre do ano civil imediato, em acumulação ou não com as férias vencidas neste, quando a aplicação da regra aí estabelecida causar grave prejuízo à empresa ou ao trabalhador e desde que, no primeiro caso, este dê o seu acordo.

3 — Terão direito a acumular férias de 2 anos:

- a) Os trabalhadores que as pretendam gozar nos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- b) Os trabalhadores que pretendam gozar as férias com familiares emigrados no estrangeiro ou, sendo estrangeiros, o pretendam fazer nos países de onde são naturais.

Cláusula 65.^a

(Férias seguidas ou interpoladas)

1 — As férias devem ser gozadas seguidamente.

2 — Todavia, a entidade patronal e o trabalhador podem acordar em que as férias sejam gozadas em dois ou mais períodos interpolados, tendo um deles, obrigatoriamente, a duração mínima de 15 dias.

Cláusula 66.^a

(Escolha da época de férias)

1 — *(Mantém a redacção actual.)*

2 — A fixação a que se refere a parte final do número anterior deverá ter em atenção uma escala rotativa de modo a permitir alternadamente a utilização de todos os meses de Verão por cada um dos trabalhadores dentro da mesma secção, sendo obrigatório que as férias se iniciem em dia útil seguinte ao período de descanso semanal.

3 e 4 — *(Mantém a redacção actual.)*

Cláusula 78.^a

(Dispensas)

1 — Todos os trabalhadores têm direito a serem dispensados do serviço, sem perda de retribuição, de antiguidade, de dias de férias ou de quaisquer outros direitos, para tratar de assuntos da sua vida particular que não possam ser tratados fora do período de trabalho, até ao limite de 8 dias por ano, não podendo, salvo em casos devidamente justificados, ser utilizados mais de 2 por trimestre.

2 — Estes dias não podem ser acumulados com as férias, e só em casos considerados inadiáveis serão concedidos nos dias que se seguem ou antecedem aos de descanso ou feriados.

3 — Os pedidos de dispensa deverão ser formulados no dia anterior, salvo o caso de comprovada impossibilidade.

Cláusula 79.^a

(Suspensão por impedimento prolongado)

1 a 3 — *(Mantém a redacção actual.)*

4 — A redacção do actual n.º 5 *(fica eliminado o n.º 4 da redacção actual.)*

Cláusula 102.^a

(Trabalhadores-estudantes)

1 — Aos trabalhadores-estudantes são assegurados os seguintes direitos:

- a) Dispensa até 2 horas, no mínimo 1, nos dias de funcionamento das aulas e para a respectiva frequência, sem prejuízo da retribuição nem de qualquer regalia;
- b) Dispensa por 3 dias por cada prestação de provas e ou testes, sem perda de vencimento e sem prejuízo do disposto na alínea g) da cláusula 75.^a

2 — Considera-se estudante todo o trabalhador que frequente curso de ensino oficial ou particular, geral ou de formação profissional.

3 — Aos trabalhadores-estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino oficial será concedido um subsídio igual a 50 % das respectivas propinas. Quando o estabelecimento frequentado for particular, o subsídio a atribuir será limitado a um valor igual a 50 % das propinas a pagar por curso idêntico do ensino oficial.

4 — Perdem os direitos previstos nos números anteriores os trabalhadores que no ano lectivo anterior não tenham obtido aproveitamento em, pelo menos, 50 % das disciplinas em que se matricularam, salvo se tiver 2 ou menos disciplinas.

5 — *(Mantém a redacção actual.)*

Cláusula 107.^a

(Refeitórios)

1 e 2 — *(Mantém a redacção actual.)*

3 — Os trabalhadores têm direito como subsídio de refeição (almoço, jantar ou ceia) ao valor de 100\$ por cada dia de trabalho. Os trabalhadores deixam de ter direito a este valor sempre que a refeição seja paga conforme o disposto na cláusula seguinte. Os trabalhadores têm direito ao valor de 40\$ para subsídio de pequeno-almoço.

4 — *(Mantém a redacção actual.)*

5 — São abrangidos pela tabela prevista no n.º 3 desta cláusula os trabalhadores que prestem serviço dentro dos horários previstos no número anterior, desde que não beneficiem do estipulado na cláusula 108.^a

Cláusula 108.^a

(Ajudas de custo)

1 —	
Pequeno-almoço	60\$00
Almoço ou jantar	250\$00
Dormida com pequeno-almoço	600\$00
Ceia	120\$00
Diária completa	1 200\$00

Lisboa, 2 de Julho de 1982.

ANEXO I

Tabela

Níveis	Remunerações mínimas
A	47 000\$00
B	21 500\$00
C	19 000\$00
D	17 000\$00
E	15 450\$00
F	13 900\$00
G	13 250\$00
H	12 750\$00
I	12 600\$00
J	12 000\$00
L	11 000\$00
M	9 000\$00

Nota. — A tabela salarial produz efeitos desde 1 de Maio de 1982. Os novos valores de subsidio de refeição e das ajudas de custo serão praticados a partir do dia 1 de Julho de 1982.

Lisboa, 2 de Julho de 1982.

Pela Comissão Administrativa da Gel-Mar, Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares, L.da:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos seus filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços;
STESDIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Setúbal;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Portalegre;
Sindicato dos Fogueiros de Terra e Único da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindepescas — Sindicato Democrático das Pescas:

Diogo Santos Carvalho.

Pela Federação das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa:

Maria de Jesus Belchior da Lança.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa:

Fernando Filipe Bandeira Allen.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que os sindicatos filiados na Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços são os seguintes:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Similares do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Évora;
Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio dos Distritos de Vila Real e Bragança;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito do Funchal;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares.

Lisboa, 12 de Julho de 1982. — O Secretariado,
(Assinatura ilegível.)

Declaração

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Bragança;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viseu.

O Secretariado, *Rogério Torres*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESINTES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Vila Real e Bragança;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da FESINTES, 12 de Julho de 1982. — Pelo Secretariado, (*Assinatura ilegível.*)

Depositado em 4 de Novembro de 1982, a fl. 38 do livro n.º 3, com o n.º 334/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o Sind. dos Trabalhadores Técnicos de Vendas ao CCT entre aquela associação e a Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal e outros.

A Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas acordam em aderir à alteração salarial e respectiva produção, efeitos da tabela celebrada entre aquela Associação e vários sindicatos, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 1982.

Porto, 8 de Outubro de 1982.

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos:

(*Assinatura ilegível.*)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas:

Joaquim de Oliveira e Castro.

Depositado em 2 de Novembro de 1982, a fl. 37 do livro n.º 3, com o n.º 331/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

Acordo de adesão entre a UNICRE — Cartão Internacional de crédito, S. A. R. L., e os Sind. dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário.

Aos 21 dias do mês de Setembro de 1982, no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L., e das direcções dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Pela UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L., foi declarado que adere ao CCTV do sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 26, de 15 de Julho de 1982, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L.

Pela UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L.:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinatura ilegível.)

Depositado em 4 de Novembro de 1982, a fl. 37 do livro n.º 3, com o n.º 332/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

Acordo de adesão entre a Assoc. Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o SINDEQ — Sind. Democrático da Química ao CCT entre aquela associação e o Sind. dos Operários da Ind. de Curtumes do Dist. do Porto e outro.

O Sindicato Democrático da Química e a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes acordam entre si na adesão do primeiro ao CCT para a indústria de curtumes celebrado entre esta associação patronal e vários sindicatos e publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 20, de 29 de Maio de 1982, nos seguintes termos:

O acordo de adesão entra em vigor nos termos da lei e produz efeitos a partir de 1 de Maio de 1982.

Porto, 20 de Outubro de 1982.

Pela Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes:

(Assinatura ilegível.)
Carlos Rico Palhão.

Pelo Sindicato Democrático da Química:

(Assinatura ilegível.)
Alfredo Joaquim da Silva Morgado.

Depositado em 4 de Novembro de 1982, a fl. 38 do livro n.º 3, com o n.º 335, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

Acordo de adesão entre a International Factors (Portugal), S. A. R. L., e os Sind. dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas ao ACT para o sector bancário

Aos 21 dias do mês de Setembro de 1982, no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizou-se uma reunião com a presença de representantes da International Factors (Portugal), S. A. R. L., e das direcções dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Pela International Factors (Portugal), S. A. R. L., foi declarado que adere ao CCTV do sector bancário, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 26, de 15 de Julho de 1982, na sua totalidade.

Pelos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas foi dito que aceitam o presente acordo de adesão nos precisos termos expressos pela International Factors (Portugal), S. A. R. L.

Pela International Factors (Portugal), S. A. R. L.:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Centro:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Norte:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Depositado em 4 de Novembro de 1982, a fl. 37 do livro n.º 3, com o n.º 333/82, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79.

AE entre os CTT — Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., e sind. representativos de trabalhadores ao seu serviço — Alteração da comissão paritária

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1982, foi publicada a constituição da comissão paritária mencionada em epígrafe.

Por ter sido substituído um dos representantes sindicais, a seguir se procede à necessária alteração:

A p. 435, onde se lê:

Em representação das associações sindicais:

Membros efectivos:

...
José Armando Ferreira de Almeida.
...
...
...

deve ler-se:

Membros efectivos:

...
José Domingos Cabaço Vicente.
...
...

AE entre os CTT — Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., e o Sind. Democrático dos Trabalhadores das Telecomunicações e Correios e outros — Alteração salarial e outras (rectificação).

Por ter sido publicado com inexactidões, a p. 2181 do *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1982, o texto da convenção colectiva mencionada em epígrafe, a seguir se procede à necessária rectificação:

Assim, onde se lê:

Cláusula 3.^a (remunerações mínimas mensais) «As cláusulas mínimas mensais devidas aos trabalhadores. . .».

deve ler-se:

Cláusula 3.^a (remunerações mínimas mensais) «As remunerações mínimas mensais devidas aos trabalhadores. . .».

ACT para o sector bancário — Rectificação

Por ter sido publicado com inexactidões no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 26, de 15 de Julho de 1982, o texto do ACT mencionado em epígrafe, a seguir se procede às necessárias rectificações.

Assim:

A p. 1543, na Cláusula 4.^a (Enquadramento nos grupos), onde se lê «Os trabalhadores ao serviço das instituições de crédito são enquadrados em 4 grupos, consoante as funções que desempenham, de acordo com o anexo II» deve ler-se «Os trabalhadores ao serviço das instituições de crédito são enquadrados em 4 grupos, consoante as funções que desempenham, de acordo com o anexo I».

A p. 1546, na alínea b) do n.º 1 da Cláusula 18.^a (Promoções obrigatórias por mérito), onde se lê «O número total de promoções a efectuar ao abrigo da alínea anterior será de 5 % do total desses trabalhadores», deve ler-se «O número total de promoções a efectuar ao abrigo da alínea anterior será de 15 % do total desses trabalhadores».

A p. 1546, no n.º 3 da Cláusula 22.^a (Subsídio de função), onde se lê «Os cobradores, ao fim de 10 anos de exercício do cargo, mantêm o direito . . .» deve ler-se «Os cobradores, ao fim de 10 anos de exercício do cargo, mantêm o direito . . .».

A p. 1547, na Cláusula 23.^a (Procuradores), onde se lê «Os procuradores poderão ter retribuição inferior à do nível 6 . . .» deve ler-se «Os procuradores não poderão ter retribuição inferior à do nível 6 . . .».

A p. 1549, na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 33.^a (Deveres dos trabalhadores), onde se lê «Velar pela conservação dos bens relacionados com o seu trabalho, salvaguardado o des-

gaste pelo uso normal, acidentes e riscos da profissão», deve ler-se «Velar pela conservação dos bens relacionados com o seu trabalho, salvaguardando o desgaste pelo uso normal, acidentes e riscos da profissão».

A p. 1550, na alínea a) do n.º 1 da Cláusula 39.^a (Prioridade no preenchimento de vagas e novos postos de trabalho), onde se lê «Lazões de saúde, devidamente comprovados . . .» deve ler-se «Razões de saúde, devidamente comprovadas . . .» e no n.º 2 da Cláusula 42.^a (Transmissão do estabelecimento), onde se lê «. . . desde que reclamados pelos interessados até ao momento da transmissão» deve ler-se «. . . desde que reclamadas pelos interessados até ao momento da transmissão».

A p. 1552, no n.º 1 da Cláusula 45.^a (Contrato de trabalho a prazo), onde se lê «São proibidos os contratos a prazo, a não ser para:» deve ler-se «São proibidos os contratos de trabalho a prazo, a não ser para:» e no n.º 2 da Cláusula 49.^a (Período normal de trabalho de menores), onde se lê «Considera-se aproveitamento escolar para efeitos do n.º 1 . . .» deve ler-se «Considera-se aproveitamento escolar para efeitos do n.º 1 . . .».

A p. 1553, no n.º 9 da Cláusula 54.^a (Trabalho extraordinário), onde se lê «Nos casos em que seja anulada a realização de trabalho extraordinário previamente planeado, a instituição foi obrigada a pagar, . . .» deve ler-se «Nos casos em que seja anulada a realização de trabalho extraordinário previamente planeado, a instituição fica obrigada a pagar . . .».

A p. 1554, na Cláusula 56.^a (Regime especial de trabalho extraordinário), onde se lê «É permitido o recurso ao trabalho extraordinário para funções de transporte de valores . . .» deve ler-se «1 — É permitido o recurso

- ao trabalho extraordinário para funções de transporte de valores . . . ».
- A p. 1558, no n.º 2 da Cláusula 71.^a (Férias seguidas ou interpoladas), onde se lê « . . . desde que pelo menos metade sejam gozados sem interrupção » deve ler-se « . . . desde que pelo menos metade seja gozada sem interrupção ».
- A p. 1559, na Cláusula 78.^a (Violação do direito a férias), onde se lê « A instituição que não cumprir, . . . » deve ler-se « 1 — A Instituição que não cumprir, . . . ».
- A p. 1562, na Cláusula 98.^a (Retribuição dos trabalhadores em regime de tempo parcial), onde se lê « A retribuição dos trabalhadores de limpeza . . . , é calculado proporcionalmente ao período normal de trabalho » deve ler-se « A retribuição dos trabalhadores de limpeza . . . , é calculada proporcionalmente ao período normal de trabalho » e no n.º 2 da Cláusula 100.^a (Subsídio de Natal), onde se lê « 2 — Em caso de suspensão da prestação de trabalho por impedimento prolongado ao abrigo da cláusula 88.^a; » deve ler-se « 2 — Em caso de suspensão da prestação de trabalho por impedimento prolongado ou ao abrigo da cláusula 88.^a; ».
- A p. 1563, no n.º 1 da Cláusula 102.^a (Diuturnidades), onde se lê « 1 — Todos os trabalhadores em regime de tempo completo têm direito a um dos seguinte regimes de diuturnidades: » deve ler-se « 1 — Todos os trabalhadores em regime de tempo completo têm direito a um dos seguintes regimes de diuturnidades: » e no n.º 4 da Cláusula 103.^a (Despesas com deslocações), onde se lê « 4 — . . . por uma ajuda de custo diário do seguinte valor: » deve ler-se « 4 — . . . por uma ajuda de custo diária do seguinte valor: ».
- A p. 1564, no n.º 2 da Cláusula 104.^a (Acréscimo a título de falhas), onde se lê « . . . , a um abono para folhas no valor de 50 % . . . » deve ler-se « . . . , a um abono para falhas no valor de 50 % . . . », no n.º 1 da Cláusula 105.^a (Subsídio de turno de caixas abrangidas pela cláusula 59.^a), onde se lê « Os trabalhadores colocados nas situações previstas na cláusula 59.^a auferirão um subsídio de turno montante . . . » deve ler-se « Os trabalhadores colocados nas situações previstas na cláusula 59.^a auferirão um subsídio de turno no montante . . . », e no n.º 4 da Cláusula 106.^a (Horário do trabalhador-estudante), onde se lê « 4 — Havendo acordo entre os trabalhadores e a instituição, . . . » deve ler-se « 4 — Havendo acordo entre o trabalhador e a instituição, . . . ».
- A p. 1565, no n.º 3 da Cláusula 109.^a (Subsídio a trabalhadores-estudantes), onde se lê « Salvo o disposto no número seguinte, as instituições . . . » deve ler-se « Salvo o disposto no número seguinte, as Instituições . . . ».
- A p. 1568, na alínea *a*) do n.º 2 da Cláusula 128.^a (Consequência da nulidade das sanções), onde se lê « Se a sanção constitui em despedimento . . . » deve ler-se « Se a sanção consistiu em despedimento . . . ».
- A p. 1570, no n.º 1 da Cláusula 139.^a (Diuturnidades), onde se lê « . . . considerando todo o serviço até . . . » deve ler-se « . . . considerando todo o tempo de serviço até . . . » e no n.º 1 da Cláusula 141.^a (Regime transitório de segurança social), onde se lê « 1 — . . . , com o objectivo de elaborar os estudos e projectos necessários aa integração dos trabalhadores bancários no sistema de segurança social, . . . » deve ler-se « 1 — . . . , com o objectivo de elaborar estudos e projectos necessários à integração dos trabalhadores bancários no sistema de segurança social, . . . ».
- A p. 1572, no n.º 7 da Cláusula 146.^a (Regime especial de maternidade), onde se lê « 7 — As faltas dadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 . . . » deve ler-se « 7 — As faltas dadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 5 . . . ».
- A p. 1574, no n.º 6 da Cláusula 164.^a (Comissão paritária), onde se lê « As deliberações são tomadas por maioria e, . . . » deve ler-se « As deliberações tomadas por maioria e, . . . ».
- A p. 1575, no Anexo III (Categorias de funções específicas ou de enquadramento), onde se lê « *Subchefe administrativo de estabelecimento e secção*. — É o trabalhador que colabora, de forma subordinada ao supremo hierárquico, . . . » deve ler-se « *Subchefe administrativo de estabelecimento e secção*. — É o trabalhador que colabora de forma subordinada ao superior hierárquico, . . . ».
- A p. 1576, e ainda no supracitado Anexo III, onde se lê « *Analista de informática*. — É o trabalhador que concebe, projecta e realiza, no âmbito do tratamentos automático da informação, . . . » deve ler-se « *Analista de informática*. — É o trabalhador que concebe, projecta e realiza, no âmbito do tratamento automático da informação, . . . ».
- A p. 1577, na Nota do Anexo IV (Funções específicas ou de enquadramento), onde se lê « . . . com subprodutos mecanográficos, . . . » deve ler-se « . . . com subprodutos mecanográficos, . . . ».
- A p. 1580, no preceito 21.º (Segurança das instalações eléctricas), do Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho, onde se lê « O estabelecimento e a exploração das instalações eléctricas . . . » deve ler-se « O estabelecimento e a exploração das instalações eléctricas . . . ».
- A p. 1582, na alínea *a*) da outorga da Sociedade Portuguesa de Investimentos, S. A. R. L., onde se lê « . . . , não aceita as cláusulas do CCTV relativas ao crédito à habitação; » deve ler-se « . . . , não aceita as cláusulas do CCTV relativas ao crédito à habitação ».

Acordo de adesão entre o Instituto Nacional de Seguros e outros e a FENSIQ — Feder. Nacional de Sind. de Quadros ao CCT entre aquele Instituto e outros e a Feder. dos Sind. de Seguros de Portugal — Rectificação.

Por ter sido publicada com inexactidão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 38, de 15 de Outubro de 1982, a rectificação ao texto do acordo de adesão em epígrafe, a seguir se procede à necessária rectificação:

Onde se lê:

«Pela ASEP — Associação de Seguros Privados de Portugal, com as reservas com que assinou o referido CCT e foram publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*:»

deve ler-se:

«Pela ASEP — Associação de Seguradores Privados em Portugal, com as reservas com que assinou o referido CCT e foram publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*:

(Assinatura ilegível.)»